

**ANÁLISE DO ETHOS MILITAR: UM OLHAR “PRELIMINAR” DA ELITE
CASTRENSE SOBRE A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN)¹.**

FABIO DA SILVA PEREIRA²

RESUMO

O artigo objetiva verificar possíveis mudanças na maneira de ser e de pensar dos militares formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ao longo dos últimos 30 anos. Para isso, a pesquisa contará com o acesso aos documentos internos do Exército Brasileiro (EB) tendo como o seu centro os antecedentes político-históricos que contribuíram para o planejamento e execução da construção de novos setores na AMAN em 1989, ano que estava ocorrendo algumas mudanças estruturais no EB, com destaque para as ações da implantação da Aviação do Exército, da concretude do Projeto FT – 90, da iniciativa interna de crescimento nos efetivos militares especializados com enfoque na logística e da criação do Curso Avançado no segundo ano curricular. O recorte conta a ação do Ministério do Exército na condução do que a elite castrense desejava para a sua jovem oficialidade formada no recente regime democrático.

Palavras-chave: ethos militar; Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); educação militar.

1. INTRODUÇÃO

A iniciativa deste estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica e documental com foco nos documentos do antigo Ministério do Exército³ e nos boletins internos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)⁴, de acordo com os princípios teóricos da história do tempo presente (HTP). Embora os principais valores que norteiam a idealização desse perfil vigorem por força de lei desde 1980⁵, o intuito é elucidar aspectos ainda pouco conhecidos dos instrumentos e estratégias que alteraram o perfil militar dos oficiais que se formaram na AMAN⁶

¹ A produção do presente artigo contou com a orientação do Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues, professor e pesquisador na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

² Fabio da Silva Pereira é professor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Licenciado em História (UNIRIO) e Doutorando em História (UNIVERSO).

³ O Ministério do Exército mudou para o Comando do Exército em 1999, com a criação do Ministério da Defesa.

⁴ A Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, como estabelecimento de ensino superior militar, é herdeira da tradição bicentenária da formação do oficial subalterno e do capitão não aperfeiçoado da linha de ensino militar bélico do Exército Brasileiro, inicia a formação do chefe militar (BRASIL, 2017). O militar formado na AMAN é equiparado à formação universitária e recebe o diploma de bacharel em Ciências Militares, em consonância com a Lei de Ensino do Exército (BRASIL, 1999).

⁵ Estatuto dos Militares (E1) - Lei nº 6880, de 9 de dezembro de 1980 (BRASIL, 1980).

⁶ Quando foi convocado pelo Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, o Coronel do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) – formado pelo Instituto Militar de Engenharia - Cláudio Meirelles Santos manifestou parecer do

com o foco no ano de 1989. Nesse ano, a AMAN praticamente dobrou a sua estrutura física e administrativa, com a inauguração de uma série de instalações permanentes⁷: o Conjunto Principal II⁸, a sede do Curso Avançado, e o Polígono de Tiro Guilherme Paraense, mais conhecido como a “Seção de Tiro”. Essas obras compunham parte de um portfólio estratégico do Exército – a Força Tarefa 90 (FT-90) – um conjunto de projetos que permitiram ao longo de quase trinta anos ampliar e oferecer o suporte para a formação de um militar mais voltado às atividades profissionais. Em trecho do discurso da passagem de comando do Ministério do Exército no ano de 1985, o general de exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque para o seu sucessor, o general Leônidas Pires Gonçalves, em que as palavras de despedida de Walter Pires apontam a direção a ser seguida: “seguindo a orientação do Presidente Figueiredo, desde a primeira hora, procurou a minha administração retirar nossa instituição do processo político em que estava envolvida (BRASIL, 1985, p. 4)”.

ministro de que nada deveria ser feito sem um profundo estudo para, não apenas ampliar, mas também adequar a AMAN, para que os cadetes tivessem o mesmo padrão das modernas faculdades, com uso de computadores, vídeos etc. Que deveria ser dada uma solução que lhe possibilitasse ser, como a primeira, orgulho dos que por lá passaram, agregando valores para mais 50 anos de utilização e, ainda, mantendo uma lembrança de seus tempos de glória (VELLOSO, 2010).

⁷ O Teatro General Leônidas (TGL), também conhecido como Teatro Acadêmico, foi inaugurado no início do ano de 1990. O TGL fez parte do pacote de obras que ampliou a estrutura destinada à formação do oficial da linha de ensino militar bélico (LEMB).

⁸ Com a notícia de que o Ministro Leônidas havia destinado verba para obras na AMAN, dentro do programa “FT-90”, a AMAN precisou aumentar sua capacidade de receber 1200 para receber 2000 cadetes. Para atender ao pedido do general Leônidas o Conjunto Principal II é composto pelas seguintes dependências: **5 (cinco) novas alas** (local que abriga os postos de comando e os apartamentos dos cadetes), com o mesmo número de apartamentos do CP I e de mesma extensão (66.000 metros quadrados), alinhadas e paralelas. Nelas o destaque é que os apartamentos foram diminuídos, tiradas as mesas de estudo e colocadas, ao lado de cada um uma sala de estudos para cada apartamento, com mesinhas e luminárias, cadeiras, escrivaninhas com acesso a computador, etc. Assim, as áreas de estudo ficam próximas e não interferem no sono. Atualmente são as alas das armas; **1 (um) pavilhão fronteiro** a elas, nos mesmos moldes antigos abrigam os Comandos de Companhia e Pelotões; **1 (uma) nova biblioteca**, colocada em frente à antiga, com as facilidades modernas. A ideia era que também fosse a central de distribuição de instruções e aulas gravadas, acessáveis dos apartamentos via computador; **1 (um) novo Pavilhão do Comando**, com as Seções Administrativas e todas as Seções de Ensino, inclusive uma nova Seção de Informática;- **1 (uma) Seção de meios audiovisuais (SMAV)** para a produção de filmes, vídeos e sinais de TV, com recebimento via satélite de sinais de TV de canais estrangeiros, **ligada às salas de línguas, para treinamento de idiomas**, inglês, francês, espanhol, alemão, russo etc.; **1 (uma) nova cozinha**, com todos os equipamentos mais modernos de produção de alimentos. Assim demoliu-se a cozinha antiga que foi substituída pela área onde estes carrinhos se abastecem; **1 (um) novo refeitório, propositalmente colocado em sequência ao antigo**, com o mesmo estilo, mesma altura e mesmas colunas, para que fosse igual e tão soberbo quanto o antigo. O Pátio Tenente Moura, agora pátio Marechal Mascarenhas de Moraes ainda é o local de formatura para o rancho de todos. A entrada é a mesma, mas alguns continuam em frente, atravessam a praça do lago com as palmeiras (mantido) e entram no novo; **a colocação de painéis solares para aquecimento da piscina**, melhorando a temperatura no inverno; **salas de aula** suficientes para todo o efetivo foram inseridas no novo e no antigo, por aproveitamento dos locais onde antigamente era o Pavilhão de Comando (VELLOSO, 2010, grifo nosso).

Na mesma época, outros fatores caminhavam em paralelo à conjuntura nacional de transição do governo Figueiredo para a democracia: para Martins Filho (2007, p. 10), no plano regional, a Guerra das Falklands / Malvinas, ocorrida em 1982, propiciou novos ensinamentos no campo militar e contribuiu para o processo de distensão entre Brasil e Argentina, que já se esboçava. Adicionalmente, a estrutura militar brasileira era bastante semelhante ao dos vizinhos argentinos⁹. Em consequência, os resultados político-militares¹⁰ do conflito no sul do continente motivaram a transformação do Exército Brasileiro (EB) na década de 1980 (ALVES e CAMPOS, 2012, p. 257). Nesse contexto, o general Walter Pires (1979 – 1985) e, sucessivamente o general Leônidas Pires Gonçalves (1985 – 1990), determinaram ao Estado-Maior do Exército (EME) que planejasse a reestruturação da Força (MONTEIRO FILHO, 1992, p. 11), proporcionando a continuidade do projeto que estava em andamento desde os anos 1960¹¹ (PEDROZA, 2018), porém com um direcionamento focado no panorama dos anos 1980, onde a Guerra das Falklands / Malvinas teve uma influência importante. Dessa maneira, no ano de 1984 surgiu, no âmbito do Estado-Maior do Exército (EME)¹², o Sistema de Planejamento do Exército - SIPLEX¹³. Esse plano perdura, com adaptações, até os dias de hoje¹⁴.

⁹ No Brasil de 1982 vigia ainda o governo militar, sob a presidência do general João Baptista Figueiredo. Guerras eram temas que naturalmente recebiam atenção especial do governo. Seu Exército era, até os anos 1970, o adversário tradicional nas hipóteses de emprego e jogos de guerra elaborados pelas escolas militares brasileiras. Seu equipamento e doutrina eram muito semelhantes ao do Exército brasileiro. A mesma inclinação para a guerra contrainsurgente, às expensas do preparo para a luta convencional, era encontrada. Parece lógico pensarmos o governo e o Exército brasileiros como atentos observadores do conflito (ALVES e CAMPOS, 2012, p. 258).

¹⁰ Por exemplo, a guerra revelou a impotência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Conforme demonstraram a inoperância desses instrumentos durante a guerra e o apoio ostensivo dos Estados Unidos ao seu aliado britânico, tais organizações eram funcionais somente quando respondiam aos interesses da superpotência do norte. A diplomacia brasileira ficou atenta a essa lição (CERVO e BUENO, 2002).

¹¹ Examinando as mudanças militares no Brasil durante o regime militar (1964-1985), observa-se que as razões para o desencadeamento de processos de mudanças no Exército a partir dos anos 1960 foi motivado, principalmente, pela obtenção ou reforço da legitimidade da Instituição. No caso examinado, não foi possível identificar uma clara percepção de ameaça externa que justificasse motivações de caráter competitivo em relação a seus vizinhos. Havia, entretanto, entre a oficialidade, um sentimento de urgência de mudanças, que era causado pela consciência do arcaísmo da natureza e estrutura da força terrestre, cujas unidades careciam de transporte motorizado e equipamentos modernos (...). A oficialidade do Exército via com clareza que o parque industrial brasileiro já era capaz de prover o Exército com equipamentos militares básicos, como veículos e armamento com menor agregado tecnológico. Diante desse quadro de otimismo, havia a percepção de que o Exército de um país que aspirava a um papel de liderança no âmbito regional e de maior destaque no global necessitava superar a cópia doutrinária e a pura importação de equipamentos militares. O impulso de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro foi, portanto, movido, em grande medida, pelo desejo de inserir a Instituição no processo de modernização do Estado brasileiro desencadeado durante os governos militares (PEDROZA, 2018, p. 126 – 127).

¹² O Estado-Maior do Exército é o órgão de direção geral (ODG) da Força Terrestre, responsável por coordenar a ação de todos os setores do EB.

¹³ O SIPLEX é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 1984).

A formação profissional dos oficiais da linha de ensino militar bélico (LEMB) é o principal fio condutor da carreira dos futuros comandantes do Exército Brasileiro (EB). Nos últimos trinta anos o sistema educacional do EB, em especial o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)¹⁵ lançou um grande desafio ao tentar avaliar de forma objetiva as atitudes e os valores militares (sic) revistos no Estatuto dos Militares. Nesses quase trinta anos, foram observadas mudanças importantes no cenário político nacional, como o processo da criação da Assembleia Constituinte (1986-1988) e as duras negociações entre a elite militar e os parlamentares na redação final da Carta Magna. João Quartim de Moraes verificou que “O *“ethos”* gelatinoso do *“jeitinho brasileiro”* e o *“ethos”* truculento do golpismo militar são velhos cúmplices, cuja parceria deveu, em boa medida, a atrofia, em nossa cultura, da noção de cidadania democrática e de seu interesse enquanto membro da coletividade” (MORAES, 1989, p. 82).

No panorama de transição para a democracia, o conceito de *ethos* é aqui entendido a partir de uma perspectiva sociológica de identificação através de hábitos, valores, ética e coesão, que se materializa na prática individual e relacional cotidianas (ARAÚJO, 2015, p. 129). Élio Gaspari aponta que durante o período em que chefiaram o Poder Executivo (1964-1985) “os militares tinham um discurso radical em relação a quem ousasse desafiar a forma de governo. Para eles, “o país está acima de tudo, portanto tudo vale contra aqueles que o ameaçam” (GASPARI, 2002, p. 5). Nesse mesmo período, o termo *ethos* foi utilizado em outros países como auto justificação sobre os fatos ocorridos, sobretudo na década de 1970, onde os testemunhos dos agentes do Estado (*victimarios*) do regime militar chileno perante os tribunais basearam-se na apelação aos valores militares e às virtudes do soldado (FARRÉ, 2018, p. 6). Nesse escopo, o *ethos* militar é apresentado como um padrão que transcende a instituição e que, segundo os *victimarios*¹⁶, oferece a legitimidade das atuações dos membros das forças armadas.

¹⁴ Segundo Kuhlmann (2007, p. 114) a possibilidade de adaptações já fazia parte do sistema, desde o início.

¹⁵ Desde o ano de 2009, o DEP passou a se chamar Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

¹⁶ Por exemplo, na carta de Augusto Pinochet Ugarte (Presidente da Junta Militar Chilena e Comandante do Exército chileno), a carreira militar entende-se desde o juramento de serviço à pátria, como a aquisição de uma sólida formação moral, a disposição ao sacrifício heroico e à busca de proteção para os compatriotas, de modo que a ação dos militares possa revestir-se de gesta histórica e patriótica. Desse modo, no depoimento de Manuel Contreras (Chefe do Departamento de Inteligência Nacional – DINA), o **motivo do *ethos* militar** aparece segundo a forma de um reconhecimento do profissionalismo e vocação de cumprimento do dever do soldado. Por sua parte, Miguel Krassnoff (oficial do DINA que recebeu mais condenações no Chile) **reproduz frequentemente a auto justificação do *ethos* militar**: em sua carta, da cobertura às atuações das forças armadas como um desempenho da preparação e capacitação de seus soldados; considera aos soldados do Exército como agentes destinados ao sacrifício em virtude

Sob o ponto de vista linguístico no contexto da transição, Dayse Borges e Thiago Oliveira classificam, filosoficamente, o termo *ethos*:

O termo *ethos* tem duas origens gregas: a mais antiga (*êthos*, com ETA inicial) significa “refúgio, morada, abrigo”, isto é, um espaço onde alguém se sente protegido, seguro, onde se “desarma”. Quando se chega a “casa”, após um dia de labutas e exigências, deixam-se em casa as “armas”, os “uniformes”, despe-se das formalidades necessárias à subsistência e, acolhidos pelos que são mais próximos, baixa-se a guarda. Tudo ao redor é previsível, os outros são previsíveis. Daí a possibilidade de abandonar as “armas” – os mecanismos de ataque e defesa. Segundo Amossy (2011, p. 10), “os antigos designavam o termo *ethos* como a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (BORGES e OLIVEIRA, 2015, p. 7)

Mais tarde, durante o regime democrático, surge um segundo significado para a palavra *ethos*, um sentido de especialidade interna, de “caráter e seus hábitos”, fruto de uma construção incessante e nunca acabada, pois não há homem algum que se possa afirmar estar pronto, completo. Aliás, o indivíduo está sempre se “fazendo”, em reformas, transformações e descobertas constantes. Eis que a noção de *ethos* permite, então, “refletir o processo mais geral da adesão dos sujeitos a determinado posicionamento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 64). Everton Santos afirma que “uma instituição reflete, por meio de seus ritos, seus mais profundos valores, o mais íntimo do seu *ethos*, seu espírito e sua essência” (SANTOS, 2012, p. 81). Como é próprio do discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade, dando um *close* nas coisas do mundo social, isto é, tornando-as mais nítidas (DAMATTA, 1997, p. 76-77).

O *ethos* militar revela costumes, modalidades de participação, práticas sociais e privadas que compõem a natureza da vida do soldado. Implicados nessas práticas estão muitos dos objetivos e valores internos. E esses valores, enquanto servem claramente ao fim da disciplina militar, possui um efeito na vida de um soldado que transcende as exigências do seu ofício. Um soldado leva para o mundo civil o retrato de si mesmo que ele ganhou no exército, e esse retrato, porque revela o seu objetivo externo dos militares, está também imbuído de um *ethos* particular que se auto justifica. Esse *ethos* presta-se ao respeito pelo poder estabelecido.

de um juramento; caracteriza a missão do soldado para evitar a derrota e a morte, que implica matar, mas não assassinar; atribui aos soldados uma perspectiva do dever fora das considerações pessoais ou partidárias e, além disso, elogia seu temperamento e seus valores superiores. Assim, pois, nos testemunhos destes perpetradores, a iniciativa e responsabilidade por suas atuações se remete às características da atividade profissional do militar, e esta, a um modelo ético legitimador e autorizador (FARRÉ, 2018, p. 6, grifos do autor).

O ano de 1989 também trouxe contribuições para o campo teórico da História. Nesse mesmo ano surge a História do Tempo Presente (HTP) na França, onde Pieter Lagrou¹⁷ é um dos seus maiores colaboradores. Apesar do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) ter sido criado na década de 1970, Timothy Garton Ash publicou um livro chamado “*The History of the present*” (Ash, 1999) onde defende a prática de uma história recente, feita de entrevistas com os protagonistas e de *full immersion* nos acontecimentos (PÔRTO JÚNIOR, 2007, p. 32)

O presente artigo terá como limite temporal o ano de 1989 e os antecedentes que transformaram nesse ano específico em um momento especial para a AMAN e para o estudo da história. Em face do exposto, a justificativa do presente trabalho residiu na necessidade de compreender os resultados materiais do planejamento estratégico ordenado na gestão do ministro Walter Pires e que ganhou novos contornos na gestão do ministro Leônidas Pires Gonçalves, trazendo impactos na formação dos oficiais da linha de ensino militar bélico.

Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), essa diretriz refletiu-se, adicionalmente, na ampliação de sua estrutura física (obras iniciadas em 1987 e inauguradas em 1989), praticamente dobrando a capacidade de formação de oficiais, com o objetivo de, no futuro, fazer frente ao aumento de efetivos que se vislumbrava nos Projetos FT-2000 e FT-21. Sendo a AMAN o estabelecimento de ensino militar responsável pela formação da maior parte da oficialidade de carreira do Exército Brasileiro – a totalidade dos oficiais da linha bélica (o oficial ali formado recebe o diploma de Bacharel em Ciências Militares) considera-se pertinente explicar sucintamente a estrutura de seu sistema de ensino. Ali são incutidos nos cadetes os principais valores da cultura organizacional da Força Terrestre, que serão desenvolvidos/cultivados ao longo de toda a carreira do oficial. Seus cursos, desde 1964, possuem quatro anos de duração, dividindo-se em duas fases: Curso Básico¹⁸ e Cursos das Armas (são sete as especialidades ali conduzidas: Infantaria (Inf), Cavalaria (Cav), Artilharia (Art), Engenharia (Eng), Comunicações (Com), Material Bélico (MB) e Intendência (Int)). O ensino na AMAN contempla duas grandes áreas: Ensino Fundamental (disciplinas ditas

¹⁷ Pieter Lagrou é pesquisador no IHTP desde 1998. Trabalhou, notadamente, com a história e a memória do genocídio, da resistência e das migrações econômicas no tempo da 2ª Guerra Mundial, com a Guerra Fria e a integração europeia e com a emergência de uma historiografia do tempo presente depois de 1945 (PÔRTO JÚNIOR, 2007, p. 31).

¹⁸ De 1964 a 1976, o Curso Básico abrangia os dois primeiros anos; de 1977 a 1987 foi reduzido a um ano e, em 1988, retornou à conformação anterior de dois anos. Além de concentrar disciplinas ditas “básicas”, tanto no Ensino Fundamental como no Profissional permite um período de convivência e conhecimento mútuos, objetivando um melhor relacionamento interpessoal futuro, visto que os cadetes serão mais à frente divididos em armas / serviços distintos.

“universitárias”, nas áreas de Ciências Exatas e Ciências Humanas, para todos os cursos) e Ensino Profissional (disciplinas militares, comuns e específicas de cada curso). Na fase inicial, o Curso Básico, o Ensino Fundamental concentra-se na área das Ciências Exatas (matemática, geometria descritiva, física / mecânica, química, estatística, informática e topografia) e, no Ensino Profissional, os cadetes têm instrução militar de matérias que são comuns a todas as sete especialidades já mencionadas. Ao término do Curso Básico, de acordo com o mérito intelectual (classificação obtida), os cadetes deverão optar por uma delas, momento em que definem sua futura área de atuação na Força Terrestre.

Fazendo um parêntese, cabe afirmar, ainda, que o processo de transformação do Exército, seja um compromisso institucional na atualidade, seja o desafio do progresso no ensino militar, não é uma novidade. De acordo com Jehovah Motta “transformar é alterar a realidade ao mesmo tempo em que se muda a maneira de pensar; é crer no poder das ideias, nos limites da realidade e na capacidade infinita de os seres humanos buscarem novas formas de ser e de agir” (MOTTA, 1998, p. 59).

A fim de viabilizar a consecução da pesquisa em questão, foram elaborados alguns objetivos específicos, cuja organização está baseada da seguinte maneira: contextualizar os antecedentes e a conclusão da construção de algumas instalações que fizeram com que a AMAN quase dobrasse de tamanho em sua área construída. Para atingir esse objetivo, foram acessados documentos internos com classificação sigilosa (agora disponíveis) do Estado-Maior do Exército, como, por exemplo, documentos do SIPLEx referentes aos portfólios de projetos FT 86, FT -88, FT 2000 e FT – 21. Além disso, foram pesquisados documentos internos da AMAN, tais como os boletins internos (BI) e os aditamentos do Corpo de Cadetes (CC) ao BI AMAN.

No que diz respeito à metodologia, o presente trabalho está baseado nas contribuições de José D’ Assunção Barros (2013) e de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (2012), de acordo com as seguintes classificações: quanto ao tipo de pesquisa (ou objetivo), trata-se de uma pesquisa descritiva, e, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, constitui-se num estudo de caso fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental.

2. O SIPLEx e a nova estruturação da AMAN

O processo de transição do Regime Civil-Militar (1964 – 1985) correu sob o olhar atento dos ministérios militares, em especial, o EME e o Alto-Comando do Exército. No pêndulo

da decisão sobre que rumo tomar, esteve o dilema das velhas missões tradicionais (*old war*), de conflitos entre forças militares estruturadas de dois ou mais estados nacionais e das novas missões (*other than war*) humanitárias¹⁹, de manutenção ou imposição de paz, leva a matrizes diversas: os dois tipos entrecruzam-se em seus propósitos, sobrecarregando o Estado e suas forças armadas; as antigas missões se desvanecem, não sendo substituídas por nenhuma nova missão; somente permanecem as missões antigas, ou há a substituição das velhas pelas novas.

Fazendo um breve panorama, por um lado, a autonomia das instituições armadas brasileiras ampliou-se no início dos anos 1960, à medida que, das intervenções no sistema político dentro de um “padrão moderador”, que se observava desde 1945, a alta cúpula das Forças Armadas chegou ao ponto da efetiva tomada do poder político em 1964 (STEPAN, 1975, p. 49-50, 152 et seq.). A autonomia das instituições armadas brasileiras ganhou dimensões excepcionais durante o regime militar, que corresponde majoritariamente ao período abrangido por esta pesquisa, e na qual a máxima autoridade do Poder Executivo estava entregue a um oficial general do Exército (PEDROZA, 2018, p. 129). Como constata Oliveira (2005, p.3), durante o regime militar, “as Forças Armadas gozavam de ampla *autonomia política* embora formalmente submetidas à autoridade presidencial” (grifo no original), e esta autonomia se caracterizava pela “condição do aparelho militar de implementar seus próprios interesses com grau elevado de autogerenciamento”.

Por outro lado, o mundo estava acompanhando as mudanças de regimes autoritários para a democracia. Experiências colhidas com a Revolução dos Cravos em Portugal²⁰ (1974) e com a transição do regime de Francisco Franco para a democracia na Espanha (1975) forneceram subsídios para a formulação de um modelo transicional para o Brasil no que tange ao papel das Forças Armadas (FFAA). Tratando sobre as transições democráticas, é consenso que o Brasil tem características semelhantes de transição para o regime democrático com o que ocorreu na Espanha, ou seja, uma transição por concerto, e não por ruptura, como ocorreu em Portugal.

¹⁹ Embora a tipologia do pós-modernismo militar expresse mudança em determinadas áreas, motivadas pelas modificações externas - características do pós-Guerra Fria, e por transformações internas, oriundas de sociedades pós-modernas, que resultariam na substituição da defesa territorial contra uma invasão inimiga pelo surgimento de novas missões, de dimensões subnacionais, na verdade, não se pode descuidar que, ainda nessas instâncias há outras interferências (Kuhlmann, 2007, p. 71).

²⁰ Em 1974, o episódio ocorrido em Portugal intitulado “A Revolução dos Cravos” pôs fim ao regime ditatorial de 41 anos, fato que o próprio Samuel Huntington (1991) *apud* Bruneau e Matei (2013) aponta como o início da terceira onda democrática, levando o país de um regime de exceção para a democracia representativa. O golpe militar português de 1974 iniciou historicamente uma série de transições semelhantes ocorridas em diferentes locais do globo até o final dos anos 1980, com destaque para a Espanha; a Ásia; a África Subsaariana e a América Latina, trazendo contribuições permanentes para todos os países envolvidos (PEREIRA, 2016, p. 29 – 30).

Pelo que se refere nas etapas do caso espanhol, o processo de transição do regime começou com a morte de Francisco Franco em 20 de novembro de 1975 e com a nomeação do Chefe de Governo Adolfo Suárez em julho de 1976 pelo Rei Juan Carlos I. Esta fase chamada de preparatória com o objetivo de cuidar da reforma política, com as eleições gerais em junho de 1977 e com o referendo de 6 de dezembro de 1978. O segundo passo foi o ponto que a nova classe política, sobretudo os socialistas se uniram em um projeto para controlar a ação política dos militares no país Ibérico anti-franquista, denominado *Pactos de la Moncloa*²¹. Ele consistiu em um pacto constitucional de estruturação do território que tratou de um ponto polêmico na relação entre os civis e militares: a unidade territorial. Isto, por causa da discussão do processo de autonomias de algumas unidades federativas, como o País Basco e a Catalunha, ponto que os militares guardavam fortes vínculos dos valores ligados à unificação territorial pela força e pela constituição de 1967 incentivados pelo regime de Francisco Franco (PEREIRA, 2016, p. 42). Entretanto, este concerto político brasileiro baseado no modelo espanhol foi tamanho, com as forças do antigo regime, que alguns analistas consideram que houve, na verdade, uma continuidade (WEFFORT, 1989, p. 80) nos processos internos de modernização da estrutura bélica o que conferiu alto nível de prerrogativas dos militares durante o início do período democrático, a partir de 1985.

Outra questão que surgiu foi a da visibilidade da ação das FFAA sob o novo contexto: a falta de um inimigo manifesto para alguns Estados pode causar a sensação de falta de necessidade de preparo militar, o que dificultaria a concepção de uma força militar necessária. Após a derrota da Argentina na Guerra da Falklands / Malvinas, amainou-se a tensão de um possível conflito bélico do Brasil com este país. No entanto, a atual complexidade das relações internacionais e a agilidade da modificação do quadro internacional²², atrelada à rapidez na atuação de forças militares, sem a antiga fase de reunião de meios para a guerra; somado ao desinteresse momentâneo de preparação para um “improvável” conflito bélico, pode levar um

²¹ Segundo Alfred Stepan, os pactos políticos e econômicos realizados em outubro de 1977 no *Palácio de la Moncloa* (Sede do Governo Espanhol e atual casa do Presidente eleito daquele País) revelaram que “nos momentos estratégicos, a oposição espanhola soube alternar com habilidade entre as exigências e as transações. Assim o processo de democracia iniciou de uma modesta reforma, iniciada pelo Governo da Espanha, a uma “reforma pactuada” com a oposição democrática e uma “ruptura pactuada” com o passado. Essa negociação entre o Governo e a oposição na etapa transicional diminuiu as probabilidades de uma possível reação militar” (STEPAN, 1988, p. 120).

²² A história mostrará que o conflito Falklands atuou como notável catalisador, trazendo fundamentais mudanças em diversos campos, em diversas partes do mundo. [...] O que o conflito tem feito é apressá-las, forçando-as a emergir meses e, em certos casos, anos antes do que teriam tido lugar na ordem mundial de eventos.” [tradução nossa] (DOBSON, MILLER e PAYNE, 1982, p. 164).

país a situação completamente indesejável e irreversível. Por isso, o que se tem adotado como conceito-chave do sistema militar é a flexibilidade, na capacidade de pronta resposta (QUINTÃO, 1998, p. 27). O conflito ocorrido no país vizinho em 1982 revelou, também, vulnerabilidades operacionais no sistema de planejamento estratégico nas FFAA brasileiras. Em sua tese de doutorado com classificação sigilosa, Márcio Teixeira de Campos faz uma breve análise da influência do resultado da guerra sobre as FFAA brasileiras:

Se a Guerra das Falklands / Malvinas não tivesse ocorrido, o que disso (mudanças) teria acontecido?

Apesar de ser extremamente complicado abordar o tema sob esse enfoque sem incorrer em especulação, pode-se afirmar, particularmente quanto ao elemento humano, onde as mudanças verificadas foram de vulto relativamente menor, que não teria ocorrido a redução temporária do efetivo de conscritos. O serviço militar obrigatório no Brasil praticamente não era alvo de maiores questionamentos antes do conflito e o emprego de recrutas e soldados pouco preparados por parte do Exército Argentino foi um dos aspectos mais destacados na mídia escrita e televisiva, durante e no período imediato ao conflito. O mesmo se aplica à maioria das mudanças verificadas na instrução, decorrentes de observações especificamente colhidas do conflito. Todavia, a criação das organizações militares de pronto-emprego (100% profissionais) e a adequação dos uniformes a diferentes ambientes operacionais eventualmente viriam a ocorrer, certamente mais tarde e em função de outras demandas que surgiriam nas décadas seguintes (como o sucessivo emprego de tropas em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e em missões de paz junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Na área tecnológica é possível afirmar que, particularmente em função do aspecto de indutor de pesquisas tecnológicas presente na cultura organizacional do Exército Brasileiro, as mudanças verificadas viriam a ocorrer, mas com um retardo ainda maior, dado o elevado custo financeiro e estagnação econômica do país na década de 1980. O conflito, nesse setor, teria agido como grande catalisador de mudanças que, ao menos potencialmente, estavam por ocorrer: especificamente na Aviação do Exército e em menor grau na Guerra Eletrônica, há registros de estudos anteriores no EME. Adicionalmente, a visita do ministro brasileiro à Argentina em 1981, antes do conflito, desvelou a defasagem tecnológica dos equipamentos existentes no EB, em relação à Argentina e Chile, dada a corrida armamentista entre esses países (CAMPOS, 2011, p. 219 – 220).

Os resultados revelaram a necessidade por parte do EB de remodelar a capacidade operacional perante novos desafios, lembrando que em meados da década de 1980 o mundo ainda estava sob o paradigma da Guerra Fria. Em consequência, no dia 8 de junho de 1982, já na reta final da guerra, o Ministro Valter Pires expediu uma nota ministerial, secreta, determinando ao EME que fizesse uma série de estudos sobre a organização do Exército, a necessidade de um núcleo potente e profissional, material e equipamento em geral, tecnologias e adequação do serviço militar, em função do conflito do Atlântico Sul (CAMPOS, 2011. p. 240). Em consequência, um dos aspectos desse primeiro planejamento reestruturador iniciado em 1984 e devidamente assinado no ano seguinte era a previsão de aumento significativo de efetivo e de unidades militares: o Exército possuía efetivo previsto de 197 mil homens, em 1986, esperava-se

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

um efetivo de 250 mil homens para o ano de 2000. Segundo as estimativas; em 2015, atingiria uma Força Terrestre de 300 mil homens (BRASIL, 1986). A meta estabelecida pelo general Leônidas e pelo EME não foi alcançada como se previa o planejamento das FT, mas foi por pouco: em meados dos anos 2000 o efetivo não ultrapassou 180 mil pessoas (177.899) (Min Def, 2007) e desde 2013 o efetivo atual regulado por decreto para o EB é de 222. 869 pessoas (Min Def, 2013), podendo alcançar o limite máximo de 296.334 pessoas (BRASIL, 1990). Em 1988, o relatório da 1ª Subchefia (SCh) do EME (BRASIL, 1988) fez um balanço dos primeiros quatro anos do portfólio FT – 90, entre 1985 e 1988, em que toca o ponto na mudança de efetivos visando acompanhar o crescimento das demandas organizacionais e suas implicações para o futuro. O relatório apontou que dos sete programas definidos para a implantação, cinco estão sendo muito bem conduzidos²³: o programa de aquisição de blindados, a implantação da Aviação do Exército, a implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE), a pesquisa e desenvolvimento de uma indústria nacional e a formação de pessoal. Este último revela a preocupação com a formação dos oficiais de várias especialidades, a seguir:

“Medida urgente e inadiável para dar mais objetividade à formação de pessoal é a de se determinar o número de vagas para cada Arma ou Serviço ou especialidade, nas diversas escolas e cursos, em função das projeções das necessidades na FT 90, na FT 2000 e na FT 21. Dentre essas necessidades, destacam-se, desde logo, as relativas às COMUNICAÇÕES, ENGENHARIA e LOGÍSTICA (BRASIL, 1988, p. 2) (destaque em maiúscula do próprio texto).

Para finalizar o detalhamento, um croqui confidencial enumera as prontas respostas aos desafios revelados no início do relatório, onde a primeira ação para o objetivo da formação de pessoal foi de “elevar a porcentagem de formação dos cursos nas escolas, particularmente para as Armas de Comunicações e de Engenharia e para a logística” (BRASIL, 1988), onde estão incluídos o Serviço de Intendência e o Quadro de Material Bélico. Visando atender essa expectativa, iniciou-se na AMAN uma série de obras internas, para oferecer suporte ao crescimento significativo da quantidade de cadetes por turma, a partir de 1991 – a primeira turma que realizou o Curso Avançado no segundo ano, conforme o quadro a seguir:

Quadro1: efetivo de Aspirantes formados na AMAN – por qualificação (por década, entre 1981 e 2000).

Turmas AMAN (Mediana)	Total das Turmas	Inf	Cav	Art	Eng	Int	Com	MB
De 1981 até 1990 (1)	314	95	42	58	37,5	26,5	25,5	27

²³ Os outros dois projetos que careciam de atenção foram o Programa de Estruturação, que envolve a criação, a transferência e a transformação das organizações militares (OM) e o Programa de Completamento de Equipamento Básico e Crítico e de Pessoal das OM. Ambas estavam prejudicadas pelo contingenciamento de recursos, com leve exceção no que diz respeito à parte de Pessoal (BRASIL, 1988, p. 3).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

De 1991 até 2000 (2)	468	160,5	57	70	44	64,5	30,5	32
Diferença (2) – (1)	+49,04	+65,5	+15	+12	+6,5	+38	+5	+5
Crescimento (%)	154	68,95%	35,71%	20,69%	17,33%	143,40%	19,61%	18,52%

Fonte: AMAN (2018) e DGP, (2019). Elaboração do autor.

Ao observar o quadro, percebeu-se de que houve uma clara indicação de que a Academia Militar das Agulhas Negras foi reformada para duplicar suas instalações para os cadetes, a partir do ano de 1986 (BRASIL, 2015) e para atender o aumento significativo na formação de oficiais de carreira da linha bélica. Observou-se que todas as especialidades foram contempladas com aumento no efetivo de Aspirantes a Oficial.

No entanto, também foi observado que algumas especialidades cresceram mais. O destaque foi para a Intendência, que mais que dobrou a quantidade de militares formados a partir de 1991, apresentando um crescimento de 143% no seu quadro discente. Isso pode ter sido uma resposta ao requerimento da 1ª SCh EME, que apontou a necessidade maior na formação de oficiais de logística. Embora o relatório da 1ª SCh EME tenha apontado maior necessidade para as especialidades de Engenharia e de Material Bélico e de Comunicações, o resultado foi tímido: a primeira apresentou o menor índice de todas as especialidades (17,33%), o Material Bélico ficou com o segundo menor índice (18,52%) e as Comunicações completou com o terceiro menor índice, com um crescimento de 19,61%. Em discurso em 19 de outubro de 1989, por ocasião da segunda visita à AMAN, o Presidente da República José Sarney faz referência ao portfólio de projetos FT para o futuro da Força Terrestre:

"Sr. Ministro do Exército LEONIDAS PIRES GONÇALVES, General TAMOYO PE REIRA DAS NEVES, Cmt da AMAN, Sr. Generais, Sr. Oficiais.

Quero agradecer as afetuosas palavras de boas - vindas que foram proferidas pelo Cmt desta Academia.

É imensa a minha satisfação em fazer esta visita de trabalho. Conhecer a rotina da AMAN, o trabalho silencioso e patriótico dos que aqui se dedicam a formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

Tenho procurado cumprir o dever do Comandante em Chefe: conhecer e zelar pelos seus subordinados.

“Repeli todas as investidas contra nossas Forças Armadas, consciente de que sem elas, sem o seu prestígio, jamais poderíamos ter instituições democráticas em nosso País” (grifo nosso).

“A transição teria que ser feita com as Forças Armadas, e não contra as Forças Armadas”.

“Nessa missão, tive a colaboração maior do Ministro LEONIDAS PIRES GONÇALVES. Sua administração é, sem dúvida, uma referência de modernização na história do nosso Exército. **Como exemplo, temos aí a FT-90** (grifo nosso), o Projeto Calha Norte, a Guerra Eletrônica, a Aviação Militar dando mobilidade à tropa, a recuperação de edificações e equipamentos de **212 quartéis** (grifo nosso), a informatização dos serviços cartográficos e uma definição constitucional da tarefa das Forças Armadas na defesa da ordem e das instituições”. [...]

“Quero aqui, estar, portanto acompanhando a rotina, sabendo que estou em uma Organização histórica que é a semente de todos os recursos, a boa semente que é responsável, no passado e no futuro, pela organização, pela operacionalidade do Exército e, portanto, pela segurança de nossa Pátria” (BRASIL, 1989, p. 2-3).

As palavras do presidente Sarney para os integrantes da AMAN naquele dia e no dia seguinte (a visita foi de dois dias) corroboram o patrocínio governamental às ações de estado para transformar o perfil do futuro oficial com uma base mais profissional, com foco nos projetos estratégicos elaborados pelo SIPLEx. Os investimentos extraorçamentários foram da ordem de 500 milhões de dólares no triênio 86/87/88, onde os investimentos voltados para AMAN (plano de melhoramento de estabelecimento de ensino) foi de 500 milhões de cruzados (BRASIL, 1988, p. 27). Além da formação, os portfólios de projetos contemplam a base da carreira militar nas unidades militares até o nível de brigada, com o comando de aproximadamente cinco mil militares, oferecendo um novo panorama ao oficial recém-formado, desde a saída da AMAN até o início do generalato, contemplando a maior parte da carreira militar da LEMB.

Portanto, a reestruturação do Exército Brasileiro no desenrolar da transição democrática ocorre diante de um período em que a força militar busca o distanciamento do conflito ideológico-político e da busca pela profissionalização e modernização. Nesse momento o Exército replaneja a força, dirigido pelo general Leônidas Pires Gonçalves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos antecedentes da inauguração das instalações principais da AMAN revelou um trabalho de longa data que remonta aos anos 1960. O contexto da Guerra Fria e a condução do regime civil-militar de 1964 lançaram as bases de uma construção de uma doutrina própria e o desenvolvimento nacional sob a égide da defesa. Os anos 1980 proporcionaram a mudança de contexto, com a entrada de novos atores que mereceram a atenção dos planejadores estratégicos. O conflito das Falklands / Malvinas proporcionou lições ao EB sob o ponto de vista estratégico, operacional e logístico, fatos merecedores de destaque nos planejamentos do EME que repercutiram de alguma forma no crescimento dos contingentes da logística, com destaque para o Serviço de Intendência. A constituição do SIPLEx em 1984-1985 fomentou os portfólios que dinamizariam a ampliação em larga escala do Exército, visando enfrentar os panoramas futuros. O crescimento da formação do número de oficiais da LEMB, para quem esteve imerso

nas tratativas do EME, foi dada como certa. Contudo, a previsão de um exército de 300 mil homens não se concretizou, apesar do aumento no efetivo do EB para aproximadamente 220 mil homens. Além disso, o perfil do militar formado na AMAN sofreu influência do planejamento das FT, fruto dos ensinamentos colhidos no conflito estudado ainda em 1982, com maior admissão de cadetes das qualificações técnicas, como a Intendência, as Comunicações, a Engenharia, e o Material Bélico, reduzindo, assim, a supremacia das armas-base no contexto da formação inicial do oficial de carreira e contribuindo para uma futura mudança na mentalidade dos chefes militares a respeito do papel do oficial da LEMB na logística e na administração militar.

O cerne desse planejamento remontou à AMAN e a trilha que aquele oficial faria na sua vida. A presença do general Leônidas na condução dos portfólios foi fundamental para a consecução (ainda que com relativo atraso) dos projetos sob a pasta militar. A duplicação do tamanho da área construída da AMAN, com seções voltadas para a especialização nos assuntos estritamente militares, permitiu melhores condições para que os cadetes voltassem integralmente para a atividade profissional, assim como os oficiais instrutores. Esse breve panorama interno mostra a intenção política dos militares em voltar as suas atividades para a caserna, afastando-se gradativamente do centro do cenário político nacional. Dessa forma, os militares se impuseram a saída do poder e a busca pela institucionalização da força militar, preservando os seus valores militares componentes do *ethos* e evitando o caminho da politização sob o contexto democrático que se seguiria, sobretudo a partir de 1990.

Assim, a mudança no plano estrutural da AMAN ofereceu recursos materiais para a futura mudança do perfil dos cadetes que entraram a partir do ano de 1988, abrindo, também, o caminho para a mudança no plano curricular de matérias dos quatro anos e inserindo novos componentes que passarão a compor o vocabulário interno da formação e da carreira da LEMB.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. C; CAMPOS, M. T. A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército brasileiro. In: *Tensões Mundiais, volume 8, n. 14*. Fortaleza: UECE, 2012, p. 257 – 278. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/568>. Acesso em: 16 jan. 2019.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

ARAÚJO, J. S. Seus corpos já nos pertencem: sonoridade, materialidade e performance em representações midiáticas do BOPE. In: *Rizoma* v. 3, n. 2. Santa Cruz do Sul: UNISC, dezembro de 2015, p. 125 – 136.

BORGES, D. S. L.; OLIVEIRA, T. S. A cena de enunciação e a construção do *ethos*: uma análise de trechos de *o que os olhos não veem*, de Ruth Rocha. In: *Memento*, v. 6, n. 2. Três Corações: UNINCOR, jul-dez 2015, p. 1 – 15.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 92.933, de 17 de julho de 1986, Altera efetivos de Oficiais-Generais do Exército. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=220114>. Acesso em 23 nov. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9786.htm . Acesso em 26 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Exército. *Sistema de Planejamento do Exército*. Brasília: Min Ex 1984.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. *Relatório de Situação Geral da FT -90 no Triênio 86/87/88 (Confidencial)*. Brasília: Min Ex 1984.

BRASIL. Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). *Noticiário do Exército nº 6722*. Brasília: CComSEx, 15 mar. 1985.

BRASIL. Ministério da Defesa. Decreto no 7.946, de 7 de março de 2013, alterado pelo Decreto no 7.964, de 21 de março de 2013. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/anistia/111-lei-de-acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/remuneracao-dos-militares-das-forcas-armadas-no-brasil-e-no-exterior/8637-efetivos>. Acesso em 12. dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Lei nº 8.071, de 17 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L8071.htm. Acesso em 12. dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa .Exército Brasileiro. Departamento Geral do Pessoal (DGP). *Informações do Pessoal*. Brasília: DGP, 2019. Disponível em: <https://portal.dgp.eb.mil.br/inicial/index>. Acesso em 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Exército. Academia Militar das Agulhas Negras. *Boletim Especial nº 7, de 20 de outubro de 1989*. Resende: AMAN, 1989.

BRASIL. Ministério da Defesa .Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. *Histórico da AMAN*. Resende: AMAN, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa .Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. *Anuário da AMAN – AMAN em números*. Resende: AMAN, 2018.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

BRUNEAU, T. C.; MATEI F. C.. *The Routledge handbook of civil—military relations*. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2013, 365 p.

CAMPOS, M. T. *A Guerra das Falklands / Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro (Tese de Doutorado em Ciência Política)*. Niterói: UFF, 2011.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 335 p.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOBSON, C.; MILLER, J.; PAYNE, R. *The Falklands Conflict*. Londres: Coronetr Books, 1982.

FARRÉ, J. A. G. R. Estratégias retórico-ideológicas en el testimonio de victimarios de la dictadura militar chilena. *In: El Genio Maligno – Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, n. 22. Madrid: Asociación Cultural Cancro, 2018.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUNTINGTON, S. P.. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre civis e militares*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, 548 p.

KUHLMANN, P. R. L. *Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político 1984 – 2007 (tese de Doutorado)*. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04032008-114202/publico/TESE_PAULO_R_LOYOLLA_KUHLMANN.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2008.

MOTTA, J. *Formação do Oficial do Exército*. Currículos e regimes da academia militar 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

MARTINS FILHO, João R. *As Forças Armadas brasileiras no pós-guerra fria: o que mudou no pensamento militar?* Ciclo de Palestras do Núcleo de Estudos Estratégicos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. 2007.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *Democracia e Defesa Nacional: A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri, SP: Manole, 2005.

PEDROZA, F. V.G. *Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

PEREIRA, F. S. *O ambiente interagências nas Operações de Pacificação do Complexo da Maré. Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2016.

PÔRTO JÚNIOR, G. (org). *História do Tempo Presente*. Bauru: Edusc, 2007, 360 p.

QUINTÃO, G. M. C. A política defesa para o século XXI e a missão constitucional das forças armadas, in Aldo Rebelo & Luis Fernandes (org) *Seminário Política de Defesa para o Século XXI (Brasília: 2002)*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Chamada de “prontidão mobilizacional”, em Domicio Proença Junior e Eugenio Diniz, *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Humanidades, UnB, 1998,

SANTOS, E. A. *O Carisma do Comandante: um estudo das relações pessoais dos militares do Exército Brasileiro sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais (Dissertação de Mestrado)*. Rio de Janeiro: PUC, 2012.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Tradução Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. *Rethinking Military Politics: Brazil and Southern Cone*. New Jersey: Princeton University Press, 1988. Disponível em http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic925740.files/Week%206/Stepan_Rethinking.pdf. Acesso em 14 dez. 2018.

VELLOSO, F. *Breve relato sobre as obras de ampliação da AMAN – entrevista com o Coronel do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) Claudio Meirelles Santos*. Disponível em: http://www.aman62.com/a_aman_breve_obras.html. Acesso em 19 fev. 2019.

WEFFORT, Francisco C., Incertezas da transição na América Latina, in MOISES, J A; ALBUQUERQUE, J A G. *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.